

EDNALDA DA SILVA GOMES ZÚ  
MARIA CECÍLIA DE LEMOS

**FUNDAÇÃO DO ASILO DE NOSSA SENHORA DO BOM CONSELHO**

Maceió, abril de 2008.

EDNALDA DA SILVA GOMES ZÚ

MARIA CECÍLIA DE LEMOS

A FUNDAÇÃO DO ASILO DE NOSSA SENHORA DO BOM CONSELHO (1877- 1896)

Trabalho elaborado sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria das Graças de Loiola Madeira, como requisito para a conclusão do Curso de Graduação em Pedagogia.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

CENTRO DE EDUCAÇÃO

CURSO DE PEDAGOGIA

Maceió/AL

Abril de 2008

## **AGRADECIMENTOS**

Nossa total gratidão ao Senhor Deus, que sem sua luz e sabedoria nenhum esforço seria válido.

Agradecemos aos nossos familiares e amigos que de certa forma nos incentivaram a alcançar nossa meta.

Não podemos deixar de mencionar também nossos professores que nos apontaram o caminho de pesquisa para que este trabalho fosse realizado.

## SUMÁRIO

Apresentação -----	04
Procedimentos metodológicos -----	06
I Capítulo – Histórico da Instrução Pública no Brasil (Séc. XVIII e XIX) -----	10
II Capítulo – Situação da Instrução Pública em Alagoas (SÉCULO – XIX) -----	14
III Capítulo – Instituições Educativas e Caritativas Femininas (SÉC. XVIII e XIX) -----	20
IV Capítulo – A Fundação do Asilo de Nossa Senhora do Bom Conselho -----	24
Considerações finais -----	32
Bibliografia -----	34

## APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa teve a intenção de investigar a história da fundação do Asilo de Nossa Senhora do Bom Conselho, instituição educativa de caráter caritativo fundada em Alagoas, no século XIX, para abrigar e educar filhas de soldados vitimadas na Guerra do Paraguai. Concentraremos nossas investigações entre os anos de 1877 – ano de fundação do Asilo – até o final do século XIX, ou seja, 1900, a fim de poder delinear como se constituíram as primeiras décadas de funcionamento da instituição.

A escolha deste tema se deu a partir do momento em que tivemos contato, em junho de 2004, com matérias jornalísticas publicadas em periódicos que circularam em Maceió no século XIX como o *Gutenberg*, *O Liberal*, o *Diário das Alagoas*, entre outros. O contato com estes jornais foi oportunizado através da participação no projeto de pesquisa “Roteiro de Fontes da Educação em Alagoas nos séculos XIX e XX”, coordenado pela professora do Centro de Educação – UFAL, Maria das Graças de Loiola Madeira, cujo objetivo é a elaboração de um catálogo de fontes da educação alagoana, com base em achados jornalísticos locais. Tal pesquisa encontra-se vinculada ao grupo de pesquisa Caminhos da Educação em Alagoas do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da referida instituição.

É importante ressaltar que, além de nossa pesquisa mais dois trabalhos foram desenvolvidos por alunas que tiveram seus temas definidos a partir da catalogação de materiais publicados nos mesmos jornais por nós privilegiados: Eliane Marques e Renata da Conceição, investigaram a fundação do Liceu Alagoano e Mônica Louise ao examinar a Escola Central, instituição destinada às crianças negras. O que justifica termos recorrido à mesma bibliografia para fundamentarmos nossas pesquisas. Tais investigações se iniciaram em junho de 2004 com conclusão prevista para março de 2008.

O que nos motivou a pesquisar sobre o Asilo foi o fato de que os periódicos daquela época divulgavam com frequência notícias sobre esta instituição, bem como tantas outras que foram fundadas na mesma época com fins semelhantes: abrigar e educar crianças pobres e desamparadas e/ou órfãs. A partir de então surgiram nossos questionamentos: Qual a origem daquele modelo institucional? Que tipo de criança era ali admitida? Qual a instrução que as meninas recebiam? O atendimento destinava-se exclusivamente às crianças filhas de pais vitimados na Guerra do Paraguai?

Esta instituição, assim como tantas outras de caráter assistencial e educativo, foi fundada numa época em que os grupos sociais católicos e profissionais liberais, entre outros, desejavam formar sociedade brasileira baseada, principalmente, no modelo europeu.

Assim, várias instituições que tinham como objetivo amparar e educar crianças pobres e órfãs foram criadas no país a partir da segunda metade do século XIX, em Maceió, o Colégio dos Educandos (1856), a Santa Casa de Misericórdia (1860), o Asilo de Nossa Senhora do Bom Conselho (1877), A Escola Central (1887).

As sucessivas secas que assolaram a região Nordeste na década de 1870, somada à herança da miséria e da fome em decorrência da Guerra do Paraguai (1864-1869) e ao surgimento de epidemias como a varíola, fizeram surgir o campo de atuação dessas instituições, visto que, elas representavam o somatório de interesses do governo e da elite econômica em divulgar seus esforços para manter a ordem social.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Fazer pesquisa científica é procurarmos investigar em detalhes o tema proposto, a fim de elaborarmos um conhecimento que ultrapasse nossas idéias prévias sobre o objeto. Este estudo nos leva a um entendimento que ultrapassa nossa compreensão imediata da realidade que observamos e que pode contrariar e até negar nossas conclusões a priori. Neste caso estamos construindo Ciência.

Visualizar cotidianamente o prédio do asilo no bairro de Bebedouro em Maceió, embora nos encantasse pela pomposa estrutura, não nos dávamos conta da imensa carga histórica nele embutida. Somente com o acesso à pesquisa e leitura das matérias e da literatura, pudemos nos dar conta que aquela instituição era um fragmento de um conjunto mais amplo de projetos e ações de religiosos e laicos, com raízes inclusive na Europa.

Fazer pesquisa científica traz algumas peculiaridades que nos traz certa segurança com relação ao conhecimento produzido, sem a pretensão de verdade absoluta. Para Gatti (2002, p. 10), na produção de conhecimento, sempre temos uma margem de incerteza, mesmo que esta, em alguns casos, seja de fato extremamente pequena. E acrescenta: para o pesquisador não existem dogmas, verdades reveladas e absolutas, existem aproximações provisórias.

Em pesquisa educacional não é possível manipular o objeto de estudo, pois o pesquisador lida com questões que se referem a seres humanos, ou seja, a sujeitos que têm uma história de vida que está imbricada com o seu desenvolvimento e da sociedade na qual estão inseridos. Assim sendo, nossa investigação abordará mesmo que de forma sucinta as perspectivas pedagógicas e sociológicas, com ênfase no político e econômico. Deste modo cabe ao historiador explicar seu objeto de estudo sob um prisma global das relações humanas, norteando suas explicações nos instrumentos de exploração e dominação de alguns sujeitos sobre outros, que se traduzem nas relações econômicas, políticas, sociais, culturais, nas tradições, nos sistemas de valores, nas idéias e formas institucionais.

A pesquisa educacional abrange vários problemas e em níveis diferentes, no entanto, assim como ela envolve uma multiplicidade de dificuldades, também oferece ao pesquisador uma gama de métodos para a realização de sua investigação. A educação está sempre se fazendo, numa contínua relação fato-processo, e é a aproximação destes dois fenômenos que a pesquisa educacional tenta compreender.

Durante a primeira metade do século XIX, os pequenos grupos que se dedicavam a produção científica sobre a educação no país, divergiam tanto nas técnicas quanto nas metodologias utilizadas em seus estudos. Naquele período, o enfoque das pesquisas era basicamente voltado para as questões psicopedagógicas, cuja temática envolvia a análise do desenvolvimento psicológico, processos de ensino e instrumentos de medida da aprendizagem das crianças e adolescentes (GATTI, 2002, p. 12-13).

Do ponto de vista da história da educação, até o final do século XIX e primeira metade do século XX, privilegiavam-se apenas os documentos escritos, sobretudo os registros oficiais (governo), e seu único trabalho era apenas manter-se fidedigno a esses escritos sem considerar que qualquer humano é produtor de história e tem leituras sobre o mundo. Esta leitura difere porque o lugar social por ele ocupado nas relações humanas é marcado pela sua etnia, religião, cultura e condição econômica.

Apenas a partir da segunda metade do século XX, esse foco desloca-se para as condições culturais, políticas, econômicas e sociais brasileira. Enfim, o pesquisador da história da educação passa a considerar as experiências e o saber de todas as camadas sociais, valorizando todos os vestígios de experiências vividas pelos agentes sociais que aparecem em formas de palavras, escrita, oral, arte, música, literatura, pintura, arquitetura, fotografia, entre outras.

Com a “Escola dos Annales”, movimento que surgiu na França, em 1929, o olhar do historiador volta-se para a investigação cotidiana das massas anônimas, ou seja, o conhecimento histórico se produz “com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser homem”. (FEBVRE, apud VIEIRA org. p. 15). Os Annales renovam tanto o campo teórico metodológico como as técnicas e as metodologias de se fazer pesquisa histórica. Neste sentido, a realidade humana passa a ser abordada em todos os aspectos e “os documentos não são apenas ofícios, cartas, editais, textos expedidos pelo governo ou figuras centrais no âmbito político e econômico, mas listas de preços, de salários, de certidões de batismo, óbito, casamento, nascimento, fontes notariais, contratos, testamentos, inventários” (REIS, 2000, p. 23).

Assim, todo documento que seja vestígio da passagem do homem é considerado fonte histórica. A inovação da metodologia na pesquisa histórica proporcionada pelos Annales fez com que historiadores passassem de “meros colecionadores de dados” e respondessem a questões que antes não era possível. Neste sentido, o pesquisador deixa de ser um “contador



de fatos” e passa a explica-los, a posicionar-se diante dos eventos, discutindo-os, analisando-os e demonstrando onde ele quer chegar. Deste modo, oportuniza o diálogo entre outros pesquisadores, e com a troca de informações, perceber o que o outro pretendia, o que conseguiu, o que o impediu, o que deveria ter feito para atingir seus objetivos, ainda que os resultados sejam divergentes dos de outras pesquisas (REIS, 2000, p. 26).

Nossa prioridade pelas fontes jornalísticas locais dá-se pelo fato de elas trazerem dados sobre o cotidiano do Asilo, e que a partir da leitura destes documentos, consigamos apreender o que estava nas entrelinhas do que divulgavam os jornais que circularam em Alagoas naquele período, em relação à criação de uma instituição daquela natureza. Porém, sabemos que as informações contidas neste tipo de literatura nos trazem dados sob o ponto de vista governamental, pois apesar dessas fontes serem um importante meio de se conhecer os acontecimentos de cada localidade, os fatos que elas nos apresentam são mostrados sob a perspectiva de uma camada social, quase sempre a elite. Neste sentido, Antonio Nóvoa (2002, p. 13) afirma que: “Apesar da diversidade da imprensa, pode afirmar-se que os escritos jornalísticos se definem pelo seu caráter fugaz e imediato, inscrevendo-se frequentemente numa lógica de reação a acontecimentos ou idéias, a normas legais ou a situações políticas”.

A relevância de se estudar a história da educação através da imprensa periódica é a de que estas agências também têm importante participação na transmissão cultural de uma geração à outra. Dentre as chamadas “obras menores”, o jornalismo (juntamente com o romance) é, a partir do século XVIII, uma das mais importantes fontes para a história da educação brasileira (PALLARES-BURKE, 1998, p. 145). Porém, é preciso que o pesquisador tenha consciência de que as informações contidas num texto jornalístico exigem que ele siga em busca da literatura sobre assuntos que foram apenas indicados nos periódicos.

Com relação às fontes jornalísticas (CAVALCANTE, 2002), entende que ao pesquisar um jornal de época configura-se em “ter o efeito de criar um vínculo testemunhal ou vivencial com os acontecimentos ali narrados”. Ele nos ajuda na montagem do grande “quebra-cabeça” formado pela sociedade de uma determinada época. No entanto, consideramos que os documentos escritos não podem ser considerados como únicas fontes importantes para a historiografia.

Além do aspecto metodológico é importante lembrar-se das condições em que se encontram as fontes de pesquisa disponíveis. Há um desleixo nos arquivos de Alagoas em relação às condições materiais e de higiene do acervo (ventilação). Além do fato de alguns números dos periódicos surgirem e desaparecerem num espaço de tempo muito curto, fazendo

com que não se tenha uma sequência cronológica destes jornais, mais lacunas são deixadas que serão preenchidas apenas a partir do cruzamento de leituras das literaturas relacionadas ao tema, tarefa esta que exige do pesquisador paciência e persistência, isso independe da riqueza do acervo.

Para entendermos como se deu a constituição do sistema público de educação no Brasil nos apoiamos na obra “A Transmissão da Cultura”, de Fernando de Azevedo (1976), em cujo trabalho o autor faz uma análise sobre o ensino e a educação no Brasil desde o século XVI até o século XX, com enfoque na transformação da estrutura social e econômica do país. AZEVEDO (1976) salienta que, a ação dos jesuítas foi responsável pela formação da cultura brasileira, destacando momentos marcantes da história da educação como a vinda destes missionários para a Colônia, em 1549, e a expulsão dos mesmos pelo ministro Marquês de Pombal, em 1579.

Na obra aludida, o autor refere-se à ação educadora dos jesuítas como a gênese do sistema educacional no Brasil, e aponta que na maneira de ensinar destes educadores havia o predomínio do “espírito religioso” caracterizado por uma cultura “literária” e “clássica”, em contraposição ao “espírito moderno” de um país que vislumbrava constituir-se Nação.

Neste estudo, o autor faz uma análise das reformas trazidas por Pombal e aponta as dificuldades para sua implementação, consequência da fragmentação produzida pela “desorganização do sistema existente” devido à predominância da tradição cultural jesuítica, marcada pelo espírito conservador embasado na religiosidade.

## I CAPÍTULO

### HISTÓRICO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DO BRASIL (SÉC. XVIII e XIX)

Durante duzentos e dez anos, a educação no Brasil foi quase que exclusivamente uma ação dos jesuítas, cujas atividades missionárias, política e educadora apresentavam-se subordinadas aos interesses da Igreja e da religião. Porém, não podemos lhe tirar o feito de que foram eles que deram início aos primeiros fundamentos de um sistema educacional brasileiro, à época do Brasil Colônia.

A ação eficaz da educação dos jesuítas era clara, segundo Serafim Leite (apud Azevedo, 1976, p.11): “Enquanto se fundava a cidade do Salvador, quinze dias depois de chegarem os jesuítas, já funcionava uma escola de ler e escrever, - início daquela sua política de instrução, que eles haviam de manter inalterável através dos séculos de abrir sempre uma escola onde quer que erigissem uma igreja (...)”.

Percebe-se, no entanto, que já naquela época, havia interesse político disfarçado nas ações educativas. Na segunda metade do século XVI, começa-se a construir casas para “recolherem e ensinarem os moços dos gentios e também os dos cristãos”. Deste modo, não só se realiza a ação catequizadora, como também “para o sossego da terra e proveito da República”. Foi nessas escolas elementares que se baseou todo o sistema colonial de ensino, e nelas ensinava-se aos filhos dos índio a ler, escrever, contar e falar português, bem como os filhos dos colonos recebiam também a primeira instrução. Azevedo (1996, p. 16), ressalta:

foi por aí, por essas escolas de ler e escrever, fixas ou ambulantes, em peregrinação pelas aldeias e sertões, que teve de começar a *fundamentis* a sua grande política educativa, e com elas é que se inaugurou, no Brasil ao mesmo tempo na Europa, essa educação literária popular, de fundo religioso, organizada em consequência e sob os influxos das lutas da Reforma e da Contra-Reforma, para a propagação da fé.

Na ação educativa dos jesuítas fica intrínseca a verdadeira intenção daqueles educadores, visto que, à proporção que eles avançavam na expansão do idioma, no mesmo ritmo iam dominando o território, impondo uma cultura de acordo com as concepções europeias de mundo. Durante os mais de dois séculos dominando o sistema educacional no país, os jesuítas estabeleceram na Colônia a educação das classes dirigentes, aristocráticas, baseada no ensino de humanidades clássicas, instalando seus colégios à sombra das casas grandes.

A partir da segunda metade do século XVII, a obra educadora dos jesuítas atingiu seu ápice no Brasil, enquanto que na Europa, sofria críticas ferrenhas, de acordo com seus opositores, a Companhia havia “perdido o antigo espírito de seu fundador”, e entrava em decadência por conta da ambição do poder e da riqueza, e assim “procurava manejar os governos como instrumento político, ao sabor de suas conveniências e contra os interesses nacionais” (AZEVEDO, 1996, p. 45).

A essas críticas somavam-se outras, dentre as quais a de que o método educacional jesuítico encontrava-se agora defasado e incapaz de se adaptar às novas necessidades da Metrópole, além do fato do monopólio do ensino, que estava em poder dos jesuítas há mais de dois séculos, e as “misérias econômica e intelectual do reino”, que para alguns era de responsabilidade dos jesuítas.

Todos estes fatos culminaram para a expulsão daqueles educadores da Metrópole e de seus domínios, por Marquês de Pombal, em 1759, desmantelando assim, toda uma organização escolar, sem que fosse acompanhada de medidas para amenizar seus efeitos. Com o fechamento dos colégios jesuíticos, desmorona-se todo o aparelhamento de educação que foi montado e dirigido pelos padres da Companhia de Jesus.

Após a expulsão dos jesuítas, em 1759, a instrução pública da colônia, diga-se, da aristocracia feudal e da burguesia mercantil, é transferida para os padres seculares e dos frades, franciscanos e carmelitas, que se mantêm predominantemente, eclesiástica, atendendo tão somente aos filhos da elite da sociedade rural e burguesa. Porém, o ministro português, Marquês de Pombal, precisava iniciar a reconstrução de um sistema educacional erigido em mais de dois séculos e restaurar a obra de organização escolar deixada pelos jesuítas. No entanto, isto não foi possível, como afirma Azevedo (1996, p. 49), “O que nos veio, não foram propriamente reformas (...), mas uma série de incoerentes medidas, tardias e fragmentárias, com que em 1759 e 1772 o governo da Metrópole se pôs a talhar, na massa da sociedade colonial, uma obra que desse a ilusão de substituir o organismo desmantelado”.

Em substituição às aulas e classes – que era o sistema jesuítico, cria-se as aulas avultas e institui-se o cargo de “diretor dos estudos” que comanda um órgão administrativo para orientar e fiscalizar o ensino, além de o “subsídio literário”, imposto que irá custear o ensino primário, médio, que é cobrado na colônia e em Portugal, mas que não era suficiente para cobrir os gastos com a educação.

Fica claro que Pombal traz para o Estado a responsabilidade da função educativa, e, “em colaboração com a igreja” dará início “a um plano de oficialização do ensino”. Porém, o

que existiram foram aulas isoladas e dispersas ministradas por mestres nomeados por bispos, pelos padres-mestres e pelos capelães de engenho, estes últimos se tornaram “os principais responsáveis pela educação dos meninos brasileiros”. Vale ressaltar que, aqueles “professores”, segundo testemunhos da época, não só desconheciam o conteúdo das matérias ensinadas, como também não tinham nenhum senso pedagógico, deixando claro o descompasso na qualidade da formação recebida pelos rapazes à época do Brasil colônia e início do período imperial e dos que se formaram posteriormente. Neste sentido, Freyre (Apud Azevedo, 1996, p. 52), advoga que “O número de homens ilustres da época colonial e dos primeiros anos do Império, que receberam educação primária e secundária nos colégios de padres sobrepuja o dos educados em casa com capelães e tios-padres (...)”.

A reforma educacional planejada por Marquês de Pombal, acabou não só com o ensino básico geral, como também impediu o desenvolvimento do ensino médio e superior, consequências da “falta de recursos e de órgãos necessários para assegurar a continuidade da ação docente e os seus progressos”. Das reformas empreendidas pelo ministro de D. João I, a mais importante foi a que estava relacionada aos estudos universitários, cujo patamar, só conseguia chegar os filhos da elite colonial dominante que iam completar seus estudos na Universidade de Coimbra. Porém, se por um lado àquela instituição “não foi suficiente em extensão e em profundidade, para reduzir as preocupações dominantes da nossa educação literária”, por outro, “serviu para inculcar na elite colonial a corrente de espírito moderno e inaugurar a cultura científica dos Brasil” (AZEVEDO, 1996, p. 55).

Com a fundação do Seminário de Olinda, em 1800, surge também, outra tendência pedagógica que se defronta com o sistema vigente, dando origem à dualidade de escolas, quais sejam, as leigas e as confessionais, porém regidas pelos mesmos princípios. Assim, às aulas de educação literária e clássica, soma-se o ensino científico. O ensino do latim e do português deixam de ser exclusivos e incluem-se o francês e o inglês. Inicia-se o choque entre o ensino jesuítico e “a nova corrente de pensamento pedagógico influenciada pelas idéias dos enciclopedistas franceses” (AZEVEDO, 1996, p. 60).

O sistema educativo e cultural em formação, desde D. João VI, era reorganizado lentamente de cima para baixo. Porém, o governo da União, a quem competiu organizar a educação primária e secundária de todo território brasileiro destituía-se de suas funções, causando a descentralização do ensino fundamental, instituído pelo Ato Adicional e mantido pela República. Quanto ao ensino primário, uniforme e igualitário, não teve em todo país uma edificação com base sólida da educação comum durante o período de um século. A

superestrutura do ensino superior geral ou profissional, não diminuiu a distância intelectual entre as camadas sociais inferiores e as elites do país.

O centro diretor nacional, órgão responsável pela edificação e propagação do ensino público em todas as províncias, e de coordenar as forças e instruções civilizadoras espalhadas pelo território nacional, devido à sua desorganização não foi bem sucedido em suas articulações. Deste modo, a dualidade do sistema não podia solidificar seus ideais, pois a própria Constituição reformada, em 1834, estabelecia a divisão do ensino e o duplo sistema: o federal e os provinciais, ficando assim fragmentados, um sem a base necessária, o outro sem o êxito do ensino superior.

A educação arrastou-se durante todo o século XIX inorganizada, confusa, incessantemente desagregada. Os ensinos primário e o secundário permaneceram com tratamento distinto, totalmente distante, a começar pelo tipo de docente que lecionava em ambos, em todas as direções, tanto no sentido vertical, com relação à hierarquia, quanto no horizontal, que abrange as unidades escolares do mesmo nível. Tal desordenação e distinção serão claramente percebidas nas escolas primárias e no Liceu de Alagoas, como veremos a seguir.

## II CAPÍTULO

### SITUAÇÃO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA EM ALAGOAS (SÉCULO – XIX)

Após a década de 30 do século XIX, com a responsabilidade da instrução pública primária, as províncias brasileiras iniciam a implantação de suas “redes de ensino” primário. Até então, a situação no campo educativo alagoano era tão precária que a Capitania contava apenas com três pessoas com diploma de curso superior. COSTA (apud Verçosa, 1997, p. 70), afirma que: “*era notória a falta de indivíduos que pudessem exercer as profissões liberais e até os cargos público mais modestos*”.

A vida administrativa da província era totalmente dominada pelos mesmos grupos do período colonial, cujos objetivos educacionais eram totalmente voltados a atender seus próprios interesses políticos, que se sobrepunham a qualquer outra coisa.

Neste quadro de total carência de homens preparados para assumir as vagas no aparelho burocrático da província alagoana, os filhos de senhores da terra vão se preparar na Faculdade de Direito de Olinda, criada em 1827, para assumir os postos de comando, restando assim para a maioria da população, que ainda vive sob o julgo dos senhores de engenho, apenas a instrução primária nas escolas improvisadas da província, nas quais aprendiam os princípios da moral e religião, juntar sílabas, ler, escrever e contar, com professores incapacitados para assumir a função.

Nesta realidade de abandono e deficiência do ensino público, no ano de 1837, o presidente da província, à época, Rodrigo de Souza e Silva Pontes, determina que nas escolas públicas seja adotado o Método Lancaster<sup>1</sup>, no entanto, não havia na província professores aptos a ensinarem segundo este método, ao passo que foi preciso mandar o mestre ter aulas no

---

<sup>1</sup> Segundo esse método que esteve em voga durante mais de vinte anos, cada grupo de alunos (*decúria*) era dirigido por um deles (*decurião*), mestre da turma, ou menos ignorante ou, se o quiserem, por mais habilitação. Por essa forma em que o professor explicava aos meninos e estes, divididos em turmas, mutuamente se ensinavam, bastaria um só mestre para uma escola de grande número de alunos. Numa escola primária, de 500 alunos, por exemplo, em vez dos doze professores necessários para doze classes, cada uma de 40 alunos, mais ou menos, não seria preciso mais que um professor, que descarregaria em 50 alunos de melhor aproveitamento o ensino dos restantes distribuídos em decúrias. “Muito e depressa e sem custo: o ideal para o Brasil”, comenta com ironia Afrânio Peixoto. (...) A lei de 15 de outubro de 1827 refere-se em três artigos às escolas de ensino mútuo: no art. 4º, em que determina sejam de ensino mútuo as escolas nas capitais das províncias e nas cidades, vilas e lugares populosos destas; no 5º, em que estabelece providências para a sua instalação e obriga os professores “que não tiverem a necessária instrução desse ensino e irem instruir-se em curto prazo e à custa de seus ordenados nas escolas das capitais”; e no 15º, em que estatui que “os castigos serão os praticados pelo método de Lancaster”. O sistema fora erigido em “método oficial” imposto em todas as escolas primárias do Império (AZEVEDO, 1996, p. 72).

Rio de Janeiro, para em seguida aplicá-lo nas escolas existentes. Este método não foi ministrado em Alagoas, pois não havia professores e nem espaço físico para tanto.

Às conveniências políticas dos grupos dominantes estruturam o sistema público de ensino da província, combinando seus instrumentos de dominação de acordo com os interesses pessoais, de modo que, para ser professor não era necessário nenhuma prova de habilitação “bastando para ser professor primário, que o candidato soubesse ler e escrever, fosse versado em doutrina cristã e um tanto destro nas quatro operações fundamentais da aritmética” (COSTA, apud VERÇOSA, 1997, p. 80).

A forma como era conduzido o ensino na província, com as imposições políticas no setor, aumenta ainda mais o descrédito na educação mantida pelo governo. Na fala em que abriu a sessão da assembleia, no dia 9 de maio de 1844, o presidente da província à época, desabafa: “*Não podendo ocultar, nem mesmo disfarçar o meu pensamento, a quem devo dizer a verdade em toda a sua plenitude, forçoso é significar-vos que o estado da instrução pública na província é o pior que se pode conceber*”.

Enquanto os grupos economicamente privilegiados mandavam seus filhos para Olinda, de onde voltavam com seu bacharelado, e conseqüentemente prontos para os cargos públicos e o exercício da função política, a maioria da população continuou analfabeta. Alguns poucos tiveram rudimento de leitura e escrita, sendo instruída em escolas improvisadas nas casas dos professores em que o ensino era tão mal ministrado e remunerado quanto os mestres são desprovidos de qualquer conhecimento sobre o conteúdo. Em desabafo à Assembléia Provincial, o presidente reclama:

Nestas aulas não sabem os alunos (geralmente falando) nem ler, nem escrever, nem as quatro operações de arithmetica, nem a doutrina christã, e nem as mais triviais e corriqueiras definições da Grammatica da lingua pátria; e pela maior das desgraças muitos professores, na ocasião em que examinei, não forao capazes de satisfazer as mais simples perguntas, que dirigia aos seus educando, e a que estes não podião responder.<sup>2</sup>

Com o objetivo de conter as irregularidades nas escolas, o governo institui o Conselho Permanente de Instrução Pública, que seria o órgão responsável por nomear professores e fiscaliza as escolas provinciais. No entanto, este serviu apenas para alimentar o filhotismo existente nos cargos públicos, pois se continuava a contratar educadores inábeis para as escolas de primeiras letras.

---

<sup>2</sup> Fala do presidente da província à Assembléia Provincial no ano de 1834, disposta no site: [www.crl.edu/content/brazil/ALA](http://www.crl.edu/content/brazil/ALA).



Para atender uma população de 207.249 habitantes, no ano de 1848, dentre as quais 59.775 escravos e 147.474 livres, e que apenas 22.566 eram alfabetizados, a província contava apenas com 44 escolas de cursos primários, nos quais 2.073 alunos estavam matriculados neste período. No ano seguinte, o governo provincial cria o Liceu de Maceió, em cuja instituição ficavam localizadas as cadeiras avulsas para o ensino secundário já existente que se desenvolvia no sistema de aulas avulsas, cuja finalidade era preparar os filhos da elite dominante para os exames de admissão nas faculdades de Recife e Salvador, de onde voltavam aptos para ocupar os cargos da administração pública, e assim manter o controle do poder. (VERÇOSA, 1997, p. 80). Porém, o presidente da província dirigindo-se à Assembléia Provincial, em 1850, relata:

Primeiramente não se tem ainda hoje regulado o método de ensino, que todo se acha entregue ao arbítrio dos professores, muitos dos quais mal saberão repetir o que apenas tiverem lido, sem poderem apreciar a conveniência da doutrina, nem a ocasião e meio de inculcá-la no espírito dos meninos. Em segundo lugar observa-se q a frouxidão com que são inspecionadas as aulas primárias, já quanto às condições de moralidade, capacidade e assiduidade dos professores, já quanto à capacidade material das mesmas coisas: os membros das comissões locais de instrução, sob cujo atestado se mandam pagar os ordenados dos professores, tem-se pela maior parte se mostrado pouco escrupulosos em manifestar as irregularidades das escolas.<sup>3</sup>

As injunções políticas no ensino público fizeram aumentar o descrédito na educação mantida pelo governo, como consequência cresce o número de escolas privadas na província. Apesar de já estar funcionando na província alagoana um Liceu, desde 1849 a elite dominante continuava preferindo instruir seus filhos nos Liceus de Recife e Salvador, visto que, supunham sairiam melhor preparados para os exames de admissão das faculdades, com o acréscimo importante: as faculdades de Direito e Medicina que funcionavam em Recife e Salvador, respectivamente, mantinha o mesmo padrão docente dos Liceus daquelas capitais.

Os reveses por que passou a instrução pública em Alagoas no século XIX deu-se sobretudo pelo descompasso dos governos em elaborar uma proposta condizente com a realidade social vigente da província. Em sua fala, dirigindo-se à assembléia Provincial, o presidente da província afirma:

Eu não quero sábios agrícolas, quero moços educados no campo sabendo apenas ligeiras noções teóricas de agricultura e o manejo de algum instrumento agrícola: não quero aspirantes a empregos públicos; quero trabalhadores de um espírito mais ou menos cultivado, moralizados e econômicos; não quero futuros descontentes das instituições do país, quando não se acharem contentes com a sorte: quero homens pouco ambiciosos e sumamente interessados na paz pública e na permanencia dos governos, sejam eles de que política forem.<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> Fala do presidente da Província, apud VERÇOSA, 1997, p. 87.

<sup>4</sup> CRAVEIRO COSTA, Apud VERÇOSA, 1997, p.91.

Com este discurso, percebe-se que o presidente revelava seus propósitos em promover uma educação que atendesse tão somente aos interesses políticos dos senhores de terra, pois a base da economia brasileira era a agricultura, e como sabemos, a educação atendia a “funções” divididas de acordo com as classes sociais: pobres eram instruídos para ocupar cargos subalternos, enquanto que os ricos ocupavam cargos de comando.

Na década de 1870, a província alagoana tinha uma população de 370.000 habitantes, dos quais 78.470 em idade escolar, e apenas 9.483 frequentavam a escola. Nesta época o descrédito no ensino público atingiu até o Liceu, fundado em 1849, chegando a ser extinto após dez anos de funcionamento. Em 1863, com o objetivo de melhorar a situação do ensino secundário, o governo reativa-o por pressão da elite letrada e dos antigos docentes que lecionavam na instituição.

O quadro abaixo mostra um balanço geral do que foi realizado em termos de educação em Alagoas, e que será herdado pela República. No que diz respeito à instrução primária, a situação se mantinha pior do que quando começou:

#### **QUADRO GERAL DA EDUCAÇÃO NA PROVÍNCIA DE ALAGOAS**

Ano	Escolas	Alunos	População escolas	
			Nº de alunos	%
1835	26	1.160	20.000	<b>5,60</b>
1836	38	1.696	22.000	7,70
1867	104	5.234	50.000	10,46
1872	116	5.558	78.470	7,08
1889	184	6.458	120.000	<b>5,38</b>

Fonte: COSTA, 1931: 18/19 (Apud. VERÇOSA, 1997, p. 109)

Na segunda metade do século XIX, com o capitalismo industrial consolidado em âmbito internacional e no Brasil com seus tímidos indícios, surgem os interesses econômicos pela modernização do país, trazendo as demandas de uma população civilizada e moderna. Deste modo, a educação passou a ser o instrumento através do qual se superaria os comportamentos socialmente não desejáveis, ao disciplinar o corpo e a mente.

Num cenário de oportunidades restritas de acesso à educação para a maioria, o principal fato social que justificava a fundação do Asilo foi o grande número de filhas de soldados órfãs vitimados na Guerra do Paraguai, além da grande seca que assolava a região Nordeste deixando parte da população exposta à fome, à miséria e às doenças. Em meio ao

estado de abandono da infância pobre, e entendendo a gravidade da situação, o Imperador, à época, D. Pedro II, determinou o envio de verba destinado à fundação da instituição. Porém, os recursos enviados pelo imperador foram insuficientes para a manutenção do Asilo. Assim sendo, o presidente da província daquele período, Antonio dos Passos de Miranda, autoriza o funcionamento de uma Sociedade Beneficente para melhor prover a administração da referida instituição.

A priori, sabemos que a fundação do Asilo de Nossa Senhora do Bom Conselho, assim como tantas outras instituições que foram fundadas no Brasil naquele período, visava isolar do conjunto da população, meninas expostas e desamparadas nas ruas que não combinava com o modelo de país a ser implementado. A intenção era adequá-la aos padrões de países ditos civilizados como Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos.

A abordagem deste estudo se dará por quatro ângulos: o social, o pedagógico, o político e o econômico, com maior ênfase nos dois últimos. Pelo social, pretendemos analisar que lugar na sociedade vigente os idealizadores do Asilo vislumbravam para as meninas ao saírem do Asilo, bem como as reais intenções ao criarem a instituição. No ângulo pedagógico analisaremos qual era a instrução que as meninas recebiam e quais as matérias que estudavam, visto que, devido à herança de uma sociedade colonialista, dominada por homens e pela igreja Católica, e conseqüentemente patriarcal, a educação escolarizada recebida pelas mulheres era para serem apenas boas mães e donas de casa. Assim sendo, bastaria apenas aprender ler, escrever e contar para melhor instruir os filhos e não serem “contaminadas” pelas idéias mundanas. Pelos ângulos político e econômico, verificaremos qual era a parcela de contribuição do governo imperial para a manutenção da instituição, visto que este era o principal interessado em encobrir as mazelas sociais que prejudicassem seus interesses políticos, e se existiam outras formas de custeio do Asilo. Em caso afirmativo, qual e como era feito.

Para dialogar com as fontes jornalísticas, nosso estudo será fundamentado teoricamente nas obras: *Vestígios da Educação Feminina no Século XVII em Portugal*, de Arilda Inês Miranda Ribeiro (2002). Nesta obra a autora mostra as mudanças do papel da mulher na sociedade setecentista, da qual muitos paradigmas se seguiram no século seguinte; *Honradas e Devotas: Mulheres da Colônia*, de Leila Mezan Algranti (1993), em cujo conteúdo a historiadora nos revela como vivem e os motivos que levaram algumas mulheres a optarem por viver na clausura à época do Brasil colônia; *Caminhos da Perfeição*, de Santa Teresa de Jesus. Esta obra trata de como deve ser a rotina e de como devem se comportar as

mulheres que optam por viver em casa de reclusão. A *História da Criança Abandonada*, de Maria Luiza Marcílio (1998), na qual a autora expõe um leque de políticas públicas criadas para proteger e assistir crianças abandonadas e desamparadas ao longo da história. Nesta obra a autora resgata a trajetória do fenômeno do abandono de crianças no Velho Mundo, desde a Antiguidade até o século XIX, época em que era comum a evolução desta prática, associadas às formas de proteção e de assistência a esta parcela da população, herança que se faz presente no Brasil desde o início da colonização.

Em seus estudos, Marcílio (1998), revela que essas crianças eram assistidas por instituições, associações, indivíduos – todos ligados fielmente aos princípios cristãos de ajuda mútua, das obras de misericórdia e da missão da caridade. Se por um lado os portugueses introduziram a prática do abandono de crianças, por outro transplantaram também “leis, instituições e comportamentos de assistência e de proteção à infância desvalida” (MARCÍLIO, 1998, p. 12). O conteúdo desta obra está embasado em pesquisas feitas em documentos encontrados em arquivos e bibliotecas do Brasil e do exterior.

### III CAPÍTULO

#### INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS E CARITATIVAS FEMININAS NO BRASIL – SÉC. XVIII E XIX

Algrantti (1993) nos ajuda a entender o vínculo entre os recolhimentos e os conventos femininos do período colonial brasileiro e as instituições de caráter caritativo da época que nos propomos a investigar. Ela faz uma análise dos motivos que levavam algumas mulheres a optarem por viver em conventos ou recolhimentos femininos.

Com base em fontes impressas, à época do Brasil-Colônia, e “obras clássicas da historiografia brasileira”, sobretudo nos estudos de Gilberto Freyre, Leila Algranti afirma que naquele período existiam muitas instituições de reclusão feminina e que, de acordo com a historiografia, mesmo que de uma maneira muito sutil sugeria que estas instituições fossem a solução para as mulheres que “de certa forma não correspondiam as expectativas da sociedade”, quais sejam: órfãs, viúvas, e mulheres cujos maridos precisavam ausentar-se mesmo que temporariamente.

A autora trata de instituições de caráter religioso, sem deixar de lado a questão da condição feminina numa sociedade dominada por homens. As correspondências da Polícia do Rio de Janeiro e as informações contidas nos registros dos estabelecimentos religiosos, à época do Brasil Colônia, permitiram que Leila Algranti fizesse uma análise mais ampla dos motivos que levavam algumas mulheres à reclusão naquele período. Assim a autora define sua obra: *resultado da combinação de dois tipos de fonte: civis e eclesiásticas, que se complementam em vários sentidos* (ALGRANTI, 1992, p. 04).

A obra de Marcílio (1998) resgata a trajetória do fenômeno do abandono de crianças no Velho Mundo, desde a Antiguidade, época em que era comum a evolução desta prática, associada às formas de proteção e de assistência a esta parcela da população, herança que se fez presente no Brasil desde o início da colonização. Em seus estudos, a autora revela que, se por um lado, os portugueses introduziram na Colônia a prática do abandono de crianças, por outro, transplantaram também “leis, instituições e comportamentos de assistência e de proteção à infância desvalida”, (MARCÍLIO, 1998, p. 12).

Partindo-se da leitura da obra de Marcilio (1998), tentaremos entender o papel do Estado e das ações da sociedade como um todo para lidar com a infância pobre e desvalida até meados do século XIX, e que, indubitavelmente, seguiu-se nos períodos posteriores.

Para entendermos como se dava a educação da mulher na sociedade brasileira, precisaremos ir ao cerne da questão. Neste sentido, a obra *Vestígios da Educação Feminina no Século XVIII em Portugal*, de Arilda Inês Ribeiro, nos revela que: “*Em termos educacionais, os autores portugueses restringiram o papel da mulher (...) a um aperfeiçoamento de conhecimentos específicos para serem mães, esposas e filhas*” (RIBEIRO, 2002, p. 150).

Como antecipamos, embasamos ainda nosso estudo em fontes jornalísticas que circularam em Maceió no período estudado, como o *Diário das Alagoas*, o *Gutenberg*, e *O Liberal*, visto que a imprensa periódica, a partir do século XX, vem sendo aceita como um importante veículo de informações sobre a história da educação brasileira. Além daquelas fontes acessamos os relatórios de presidentes da província alagoana, dispostos no site ([www.clr.edu.content/brazil/ALA.htm](http://www.clr.edu.content/brazil/ALA.htm)).

Nosso questionamento principal circunda em torno da fundação do Asilo de Nossa Senhora do Bom Conselho, que consequentemente nos levará a fazer uma análise do caráter da educação destinada às mulheres no Brasil daquela época. Para tanto, precisaremos retroceder ao século anterior para entendermos como se deu a herança histórica da educação feminina cuja sociedade era regida por normas, preconceitos, “cultura de dominação masculina e católica”. Para tanto, embasaremos nossos estudos nas literaturas já mencionadas, cujas obras trazem ricas informações acerca do tema.

O grande impasse que seus idealizadores passaram a viver está relacionado às dificuldades de manutenção da instituição, uma vez que as proposições alimentadas pelos princípios de “meros custos para os cofres públicos” não permitiriam que àquela população fosse mantida gratuitamente. Isso reflete, em geral, no pouco tempo de funcionamento dessas instituições embora não fossem oficiais, o Estado era sempre chamado a custeá-las, mesmo que parcialmente.

Tratando da questão educacional da mulher, à época do Brasil-Colônia, segundo Ribeiro Sanches, citado por Arilda (2002, p. 47):

{...} o sexo feminino são os primeyros Mestres do nosso, todas as primeyras idéias que temos, provem da criação que temos das mays, amas, e ayas; e se estas forem bem educadas nos conhecimentos da verdadeira religião, da vida civil, e das nossas obrigações, reduzindo todo ensino destas meninas fidalgas à Geografia, à História sagrada e profana, e ao trabalho de mãos senhoril, que se me prega no risco, bordar, pintar, e estofar, não perdeirão tanto tempo em ler novellas amorosas, versos, que nem todos são sagrados: e em outro passatempos, onde o animo não só se dissipa, mas às vezes se corrompe; mas o peyor dessa vida assi empregada he que se comunica aos filhos, aos irmão e aos maridos.

## RECOLHIMENTOS FEMININOS NO NORDESTE DOS SÉCULOS XVIII e XIX

No Nordeste brasileiro, assim como no Sudeste, tivemos a criação dos primeiros recolhimentos por volta do século XVIII, por meio da ação do missionário jesuíta padre Gabriel de Malagrida (1689-1761). Este religioso, antes de ser queimado na fogueira da Inquisição, a mando de Marquês de Pombal, criou recolhimentos para mulheres consideradas malvistas. Segundo Madeira (2003), acompanhado do povo considerado rude, Malagrida realizava as missões em locais incertos: São Luís, Belém, Igarapu (PE) e na Bahia. Nesta última, fundou o Convento de Nossa Senhora da Piedade, dando-lhe a regra das Ursulinas (1741) (ARLINDO, 1988, p. 216). A Casa Feminina de Soledade, como ficou conhecida, era destinada às moças, em particular moças “perdidas”, mais de vinte donzelas das principais famílias da Bahia disputavam ao mesmo tempo a distinção de consagrar-se ao Senhor no mistério novo (LEITE, 1943, p. 149).

### O modelo dos internatos

Conforme as regras dos internatos, as meninas deveriam ter uma aparência desfigurada e não se dispensava o uso de uniformes. Outras especificidades das instituições era manter as órfãs ocupadas com prendas domésticas ligadas ao artesanato, e “habitua-las” no que deveria ser sua ocupação no futuro, como mãe ou eventuais serventes de sua casa ou dos outros. Porém, o aspecto pedagógico dos asilos estava diretamente associado às orientações da conduta moral das meninas e se constituía numa tríade formativa: o trabalho, a oração e o estudo.

A Igreja, no papado de Pio IX, apreensiva com o avanço do Protestantismo e Maçonaria em todo o mundo, criou em 1854, o dogma da Imaculada Conceição<sup>5</sup>, a fim de investir fortemente no envio de congregações femininas para vários países, inclusive para o Brasil, país no qual, a partir da segunda metade do século XIX, passará a ter uma multiplicidade de instituições congregadas por freiras, especialmente as francesas.

---

<sup>5</sup> Metáfora da Igreja, proclamada pelo papa Pio IX a 8 de dezembro de 1854, em que a figura de Maria, mulher, virgem e mãe, mediadora entre o Céu e os homens, domina a história da devoção desse século, e que vão estar no centro da vida espiritual dos católicos.

## **O Recolhimento de crianças pobres em Alagoas no Século XIX**

Antes da fundação do Asilo de Nossa Senhora do Bom Conselho, em 1877, já havia o Colégio dos Educandos Artífices, cuja criação, em 1854, ocorreu também em outras províncias brasileiras com o objetivo de abrigar meninos pobres e órfãos, e oferecer o ensino das letras e ofícios, como o de sapateiro e o de alfaiate.

De acordo com o Relatório do Presidente da Província em 01 de março de 1855, Antônio Coelho de Sá Albuquerque, foi criado o Collegio de Educandos Artífices, pela Lei Provincial n. 234 de sete de abril de 1854, localizado na antiga povoação do Jaraguá, hoje bairro de Maceió. De acordo com o Regulamento do Colégio, poderiam ser admitidos até 40 órfãos, em geral, adolescentes. Até então, havia 25 deles abrigados sob a direção de João Belarmino dos Santos e do Vice-diretor, padre, Getúlio Augusto Vespasiano da Costa. Nenhuma oficina havia sido montada, entretanto, existia a promessa de montar a de alfaiate e o de sapataria.

O Colégio funcionava em um prédio que não atendia às necessidades de funcionamento para as quais fora idealizado, fato que iremos constatar também no Asilo aqui em estudo. Com a extinção do Colégio de Educandos Artífices, em 1861, nenhuma outra instituição de acolhimento de crianças pobres que tenhamos conhecimentos fora criada pelo governo provincial de Alagoas até 1877.



## IV CAPÍTULO

### A FUNDAÇÃO DO ASILO DE NOSSA SENHORA DO BOM CONSELHO

A extensa seca que abrangia a Região Nordeste na década de 1870 trouxe um estado de calamidade pública para várias províncias. A fome e as epidemias, como a varíola e o cólera, puseram fim a grande parte da infância pobre nordestina. Para agravar o quadro de miséria tivemos na década anterior a Guerra do Paraguai (1864-1869), que levou ao extermínio considerável de um continente populacional adulto e masculino. A presença da infância desamparada e órfã, vulnerável a violência, ao vício e à prostituição, exigia um lugar propício para abrigá-las. E para tal fim foi fundado em Maceió, no dia 13 de junho de 1877, um asilo para órfãs “desvalidas”, com o nome de Asylo Nossa Senhora do Bom Conselho, por meio da Lei N. 847, na administração do presidente da Província Antonio dos Passos de Miranda<sup>6</sup>. Em dezembro daquele mesmo ano, o governo autoriza o funcionamento da Sociedade Beneficente Protetora do Asylo das Órfãs Desvalidas da Província, cujo objetivo era arrecadar fundos para custear atividades com as aulas de primeiras letras e prendas domésticas para as meninas ali abrigadas.

No ano de 1879, o presidente da Província Cincinato Pinto Sobral, integra o Asilo à Santa Casa de Misericórdia de Maceió, e estabelece na Resolução n. 744 de 23 de junho deste ano, que a partir dessa data o Asilo passa a fazer parte daquela instituição, pois entende que ambas instituições são de natureza filantrópica, e assim sendo, devem permanecer a uma só administração. Seguindo com suas atividades independente da ajuda financeira do governo.<sup>7</sup>

Em sua obra Marcílio (1998, p. 94), destaca que: como herdeiras e administradoras dos bens e fundos dos antigos hospitais, as Santas Casas de Misericórdia receberam autorização da Santa Sé, por meio da Bula *Gênesis in desideris*, de Alexandre VI (23/10/1501), para se espalhar por todo o reino português.

É interessante ressaltar que na Idade Média, diferente do fim que se tem atualmente dos hospitais, estes estabelecimentos foram criados a partir das confrarias para acolher e cuidar de pobres, doentes e desvalidos, e mais tarde passaram a ser administrados por uma só instituição – as Santas Casas de Misericórdia.

---

<sup>6</sup> Jornal O Liberal, Maceió, 11 de dezembro de 1877, n. 145, ano IX, p. 1.

<sup>7</sup> Jornal O Liberal, Maceió, 30 de abril de 1879.

Conforme afirmamos, o prédio no qual funcionava o Asilo situava-se no bairro de Bebedouro, em Maceió. Seguindo os preceitos do catolicismo, construiu-se uma capela anexa ao prédio. Sua inauguração foi noticiada em periódicos de circulação local em que se lia:

Installou-se no dia 8 do corrente o asylo das órfãs desvalidas no prédio para esse fim destinado na povoação do Bebedouro, arrabalde desta cidade. Precedeu ao acto da instalação a benção da capela de N.S. do Bom Conselho e uma missa que em seguida celebrou o revd. Antonio Procópio da Costa [...] <sup>8</sup>. Estiveram presentes as pessoas mais gradas desta capital, e cerca de 50 senhoras distinctas de nossa sociedade, que fazem parte da sociedade beneficente protectora d'aquelle asylo. <sup>9</sup>

Isso demonstra, por um lado, a existência de um pacto entre elite econômica, governo e parte de grupos sociais que se colocavam como vigilantes da conduta moral da sociedade, a fim de manter a ordem e a disciplina, por outro, que tais grupos mantinham interesse de visibilidade na imprensa para obter vantagens pela ação benévola, tão bem aceita, tanto pelos grupos conservadores, como progressistas. As práticas caritativas talvez tivessem, como nenhuma outra, potencial para unificar aqueles grupos com propósitos diferentes. Embora houvesse esse “esforço” e suntuosidade da estrutura arquitetônica montada, o número de meninas acolhidas era bem reduzido no Asilo, permanecendo, nos primeiros anos, apenas sete.

A festa do terceiro aniversário de fundação do Asilo foi comemorada com grande pomposidade, com a presença das mais diversas autoridades – o Presidente da Província, o chefe de polícia, o diretor e vice-diretor da instituição, além do conselho deliberativo. Na mesma ocasião foi apresentada mais uma órfã, totalizando o número de oito meninas ali abrigadas. Porém, o diretor do Asilo planejava acolher dez, até o início do ano seguinte ou seja, em 1881. Assim consta no jornal da época: *“Nesta ocasião o antigo conselho apresentou a orphan Maria Joaquina que foi aceita, elevando o total de educandas a 8, o que chegará a dez no principio vindouro anno segundo os intuitos do digno diretor do Asylo o senhor comendador Sobral”*<sup>10</sup>. Para expor à sociedade que as doações eram corretamente empregadas no custeio das despesas do Asilo, a sua direção da instituição abriu as portas para que os doadores visitassem as dependências do prédio. Dessa forma, inspirava confiança e estimulava a benevolência do público ali presente.

Os trabalhos produzidos pelas educandas foram exibidos para o público, visto que esta exibição era uma forma de comprovar que as meninas eram mantidas ocupadas

---

<sup>8</sup> Antônio Procópio da Costa – Era padre – mestre, recebia elogios da Diretoria da Instrução Pública pelo zelo e dedicação ao ensino. Ele era professor do Liceu de Alagoas, requisitado para ser parecerista de obras didáticas, como a de José Joaquim de Araújo “Compêndio de Pedagogia Prática” (1886).

<sup>9</sup> Jornal O Liberal, Maceió, 11 de dezembro de 1877, n. 145, ano IX, p. 02.

<sup>10</sup> Jornal O Liberal, Maceió, 11 de dezembro de 1880, ano XII, n. 283, p. 01.

diariamente com as prendas domésticas, e, deste modo, não lhes sobriaria tempo para pensar nas “tentações” mundanas e assim não iriam de encontro aos preceitos da sociedade vigente, que implicava a preservação da moral e da boa conduta da mulher, conforme concepção da época, exigência primordial para que as meninas fossem merecedoras das doações.

Incomodava aos organizadores da instituição o fato de os responsáveis pela instrução das meninas acumularem cargos, a exemplo do professora de primeiras letras, que exercia também a função de regente, sem que isso significasse algum acréscimo em seu salário. Até que o Presidente da Província, a pedido do diretor do Asilo, Manoel Sobral Pinto, no ano de 1881, altera o regulamento e autoriza a nomeação de uma regente para a instituição. Testemunha o periódico daquele ano, e altera o Regulamento de 5 de dezembro de 1877, e nomeia como Regente, D. Maria Alves de Loyola, que assume o cargo em 22 de Dezembro daquele mesmo ano<sup>11</sup>.

Provavelmente por se tratar de uma instituição de grande visibilidade, determinadas práticas, como acúmulo de funções, não eram permitidas no Asilo, o que não significava afirmar que era uma ação isolada nos organismos de ensino da época. Basta repararmos que a maioria das escolas em funcionamento na província tinha a professora como a responsável para exercer diversas funções, além de ter que providenciar aluguel de casa – quando não era a sua – geralmente pago do seu minguado salário, com a esperança de ressarcimento; cuidar da compra de objetos necessários para a escola funcionar, exercer o cargo de diretora, zeladora, professora. Quando a escola funcionava em casa, a professora necessariamente misturava as funções de dona de casa com as atribuições do ensino. Era o espaço privado que passava a se tornar precariamente público. Manter a instituição com cargos ocupados por pessoas distintas era uma regalia à época.

Ainda com relação à arrecadação de fundos utilizados pela Sociedade Beneficente para a manutenção da instituição, havia o penhor de jóias cedidas pelas senhoras ricas, com juros revertidos para auxílio financeiro em prol do asilo. Mesmo assim, a taxa de penhor das jóias não era cobrada, de modo que aquele ato benevolente das senhoras não havia trazido nenhuma contribuição para o Asilo, cuja intenção era ampliar os recursos disponíveis e o número de meninas órfãs recolhidas. Em citação no Relatório do Presidente da Província do ano de 1881, lia-se:

A Sociedade Beneficente Protetora muito pouco há rendido, não tem havido a necessaria actividade na cobrança das joias [...], é mister, portanto, actual-as. Se o Asylo contem camas, utensilios e accomodações para [...] [orphans]. Segundo

---

<sup>11</sup> Jornal O Liberal, Maceió, 11 de dezembro de 1880, ano XII, n. 283, p. 01.

affirma o meu antecessor, é certo, porém que actualmente [...] conta elle apenas 7 orphans, por asseverar o Director não poder [...] comportar maior número<sup>12</sup>.

Apesar das dificuldades financeiras, de acordo com a avaliação feita pelo Presidente da Província, à época, o Asilo não descuidou da instrução das educandas. No jornal *O Liberal*, lê-se: “*É regular o aproveitamento das educandas, que continuam a aprender as materias no Regulamento para as [...] por terem entrado para o estabelecimento sem nada saberem*”.<sup>13</sup>

Em 1882, a ampliação da receita, em geral vinda dos donativos, propiciara o acolhimento de mais três órfãs. Assim constava no relatório provincial daquele ano: *em tres anos, diz a Vice-Directoria, saldadas ficaram todas as dividas, cresceu o patrimonio e com elle foram abertas as portas do asylo a mais 3 orphans, existindo ja ali oito [...]*.<sup>14</sup>

Uma das razões para o aumento da receita foi a venda nas feiras beneficentes dos artefatos produzidas pelas próprias órfãs, que iam desde trabalhos de bordados, agulhas e prendas domésticas. Havia também o apoio financeiro do Presidente da Província, José Barbosa Torres, que isentou o Asilo do pagamento de impostos. Havia ainda o empenho da presidência da Sociedade Beneficente Nossa Senhora do Bom Conselho que, sob o comando da senhora Laura Santina de Vasconcellos, encarregava-se de arrecadar fundos entre as senhoras ricas para ajudar na renda do orfanato. Como se observa, a manutenção do orçamento da instituição obedecia a verdadeiros percalços financeiros, marcados por uma trajetória constantemente instável.

No ano seguinte, novamente a instituição começa a passar por dificuldades financeiras. Por causa disto, não efetuara o pagamento dos salários de seus funcionários, num total de 24 pessoas, embora o ensino de prendas e escola primária não tivessem sido atingidos a ponto de interferir no andamento de suas atividades. Em jornal da época lê-se: *Attesta o Director a regularidade da escola primaria. Pelo mappa junto ao vê-as que 4 d'entre as orphans já apresentam algum adiantamento. Quanto ao ensino de prendas prova o esforço da respectiva Mestra*.<sup>15</sup>

De acordo com o regulamento da instituição, as órfãs podiam manter-se ali abrigadas até os 18 anos. Ao saírem elas tinham apenas duas opções: o casamento ou o trabalho em casas de famílias abastadas da época. É interessante ressaltar que, havia uma grande

---

<sup>12</sup> Jornal *O Liberal*, ano de 1878, p. 16.

<sup>13</sup> Fala do Presidente da Província, Cincinato Pinto da Silva, Maceió, 30 de abril de 1879 – Jornal *O Liberal*.

<sup>14</sup> Jornal *Diário da Manhã*, Maceió, 16 de abril de 1882, p. 3.

<sup>15</sup> Fala do Presidente da Província, Joaquim Tavares de Mello Barreto, Maceió, 15 de abril de 1883, Jornal *Diário da Manhã*.

preocupação destas instituições em casar as meninas, desta forma diminuiria os custos com a manutenção delas nos asilos, e evitaria que as mesmas se prostituíssem. Além do fato de investir na formação da imagem feminina no ideal da mulher honesta, virtuosa, virgem e frágil, preocupada apenas com o cumprimento de suas obrigações domésticas e do papel de mãe.

Entre 1887 e 1890, o número de abrigadas manteve-se em trinta, deixando dúvidas sobre o pouco aproveitamento do Asilo com relação à quantidade de meninas acolhidas, mediante a função primordial que era cuidar da infância pobre de Alagoas. Apesar de os jornais divulgarem uma imagem positiva do Asilo como grande empreendimento para recolhimento de meninas pobres, os números divulgados pela instituição, não alcançam o contingente real de órfãs desvalidas. Assim lia-se:

Sob a escrupulosa direção do Dr. Roberto Calheiros de Mello prossegue esse estabelecimento na sublime e elevada missão a que é destinado. Tendo sido inaugurado no dia 8 de dezembro de 1877 com 7 orphans desvalidas há tido progressivo desenvolvimento abrigando sob seu tecto 30 dessas desventuradas, que ali a par de desvelados [...], encontram toda a protecção sendo-lhes proporcionada uma regular educação tanto intellectual como moral e doméstica.<sup>16</sup>

No mesmo jornal, o presidente da província, José Cesário de Miranda Barros, afirma que o estado financeiro da instituição é “lisonjeiro” cuja receita do ano de 1877 é de: 27:567\$344 réis, conforme a tabela abaixo:

Saldo do ano anterior	1:556\$364
Juros das apólices provinciais	2:708\$460
Benefícios das loterias da província	1:250\$000
Mensalidade, jóias e esmolas	1:037\$000
Dividendo da caixa comercial	430\$120
Subvenção da província	5:000\$000
Rendimento do bazar de prendas	403:\$500
Produto dos trabalhos das órfãs	583\$240
Rendimento da sacola	13:\$380
Produto de venda de ações da caixa comercial	10:600\$00
Idem cadernetas da caixa comercial	3:922\$700
Idem de bilhetes oferecidos ao Asylo	2\$000
Receita extraordinaria	60\$000

<sup>16</sup> Fala do Presidente da Província de Maceió, José Cesário de Miranda Monteiro de Barros, em seu relatório de 6 de outubro de 1888, p. 21, divulgado no jornal Diário das Alagoas.

Réis	27:567\$344
------	-------------

Fonte: Diário das Alagoas, 17 de outubro de 1888, p.1.

Além da divulgação da receita do estabelecimento nos periódicos, seus diretores exibiam também suas despesas, pois esta era uma maneira de manter seus doadores informados de como eram aplicadas suas contribuições. Naquele mesmo jornal encontramos ainda, uma matéria que veiculava informações sobre as melhorias feitas no asilo. Em sua fala, dirigindo-se à assembléia provincial naquele mesmo ano, o presidente da província justifica que a despesa subiu devido algumas obras de melhoramentos no asilo:

Gratificação à mestra de prendas	60\$000
Ordenado à professora primária	600\$000
Gratificação à regente	600\$000
Idem à mestra de música	360\$000
Idem ao escriturário	240\$000
Despesa extraordinária	1:173\$660
Obras efetuadas no asilo	2:937\$000
Livros para órfãs	34\$000
Importância recolhida na caixa econômica	1:600\$000
Compra de apólices da dívida pública	9:937\$000
Despesa com o enterro de uma órfã	101\$100
Compra de talões	10\$000
Despesas diversas	171\$378
Compra de apólices provinciais	6:700\$000
Réis	27:365\$428

Fonte: Diário das Alagoas, 17 de outubro de 1888, p.1.

Um aspecto importante na formação do perfil feminino nessas instituições era o fato de que as doações funcionavam como a base do Asilo, que ia desde a construção do prédio, prestação de serviço dos funcionários, precariamente pagos, administração, até o casamento das órfãs, em geral realizado por meio de dotes, concedidos pelas ricas famílias ou por estranhos que pretendessem vê-las futuramente bem situadas moralmente. No Asilo era exigida a vivência de um cotidiano com intensa dedicação por parte das meninas, o qual se

desenvolvia em torno dos afazeres domésticos e na confecção de prendas; desta forma evitava-se que sobrasse tempo para a ociosidade e o “desvio” de conduta.

O periódico *Gutemberg*, que circulou na capital da Província em 5 de maio de 1895, nos forneceu informações preciosas acerca do Asilo, que vão desde o número de meninas ali abrigadas no ano anterior, até a formação do Conselho Deliberativo da Sociedade Beneficente para o biênio 1895/1896:

No ano de 1894 sahiram do estabelecimento 6 asyladas – 2 por casamento, 2 por contracto de locação de serviços e 2 por (aquisição) de pessôas a ellas ligadas por parentesco, sendo das 3 orphãs. Mentem actualmente o estabelecimento 35 asyladas, inclusive a professora primaria e a mestra de prendas, (...). Presidente – D. Maria Accioly Peixoto, Secraris – D. Habencia Pereira Diegues, Thesoureira – D. Maria Magdalena de Santa Maria, Directora – Rachel Montenegro Ferreira Josephina de Aquino Vesconcellos.<sup>17</sup>

Como já antecipamos, nossa pesquisa teve a pretensão de estudar a constituição do Asilo de Nossa Senhora do Bom Conselho a partir de notícias sobre a instituição em periódicos locais. Delimitamos nossa pesquisa entre os anos de 1877 – ano de sua fundação, até 1900. No entanto, deixamos de responder alguns questionamentos devido ao fato do tempo de circulação dos jornais por nós privilegiados, visto que, estas fontes surgiam e desapareciam num espaço de tempo muito curto, e sempre estavam vinculados a algum partido político e funcionavam como uma espécie de “Diário Oficial” da província.

Vale ressaltar que, durante nossas buscas por notícias relacionadas ao Asilo, alguns dos jornais foram lacrados devido ao mal estado de conservação dos mesmos, o que por vezes não nos permitiu que concluíssemos a leitura de um determinado período.

---

<sup>17</sup> Jornal Gutenberg, Maceió, 5 de maio de 1895.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazer uma análise sobre a história da educação alagoana, tendo como fio condutor a fundação de uma instituição educativa do século XIX, privilegiando as fontes jornalísticas locais em circulação à época, nos fez perceber o quão árdua e significativa é uma produção científica historiográfica. As nossas dificuldades estão relacionadas principalmente à questão da catalogação das matérias, tendo em vista que o local onde se encontram os periódicos para consulta – o Instituto Histórico, é aberto ao público apenas no horário da manhã, e em nosso caso, o mesmo horário que devemos estar no Curso de Pedagogia, restando apenas os dias não letivos.

Os jornais que divulgavam notícias sobre o Asilo de Nossa Senhora do Bom Conselho como o *Diário das Alagoas*, o *Gutenberg*, e o *Liberal*, entre outros, encontram-se num estado lastimável de conservação, ao ponto de o diretor do Instituto precisar lacrar alguns números para sua recuperação, o que por vezes nos fez deixar algumas matérias por finalizar.

No que se refere à fundação do Asilo, com este estudo percebemos que, apesar de seus idealizadores se por um lado eles pretendiam abrigar e instruir as meninas órfãs de pais vitimados na Guerra do Paraguai, por outro, não desejavam que as mesmas acendessem socialmente, visto que, como vimos no texto, ao saírem da instituição restavam às egressas apenas duas opções: o casamento ou a alocação em casas de famílias da elite dominante ou de aparentados das órfãs. Deixando claro o papel que a mulher, sobretudo as socialmente desprestigiadas, desempenhavam numa sociedade patriarcal e escravagista.

Não encontramos matéria que divulgassem notícias entre os anos de 1897 a 1900, tampouco se ali abrigada meninas negras e se atendia apenas às filhas de soldados vitimados na Guerra do Paraguai, pois sabemos que muitas daquelas crianças ficaram órfãs de pais vivos com o advento da abolição da escravatura.

Consideramos que no período estudado, havia principalmente o interesse político da colônia em tornar-se uma Nação civilizada. Para tanto, era necessário prover a população dos princípios básicos da instrução, sem perder de vista a manutenção da moral e dos bons costumes. A fundação do Asilo de Nossa Senhora do Bom Conselho serviu também, como instrumento de propaganda da ação caridosa da sociedade alagoana, pois sua manutenção deu-se sobretudo, pelas doações da elite dominante e pela ação das senhoras da sociedade da época, cujos feitos eram divulgados diariamente nos jornais em circulação na província.



Não tivemos acesso a informações sobre as causas que de fato culminaram para o fechamento da instituição. Provavelmente se deva ao fato, de que as doações se arrefeceram. Como se pode ver ao longo do texto, as despesas subiam a cada ano ao passo em que diminuía as doações.

Consideramos ainda, que esta instituição, prestou um serviço de fundamental importância para a sociedade alagoana, pois se trata de uma organização de natureza assistencial cuja responsabilidade era de guardar e sustentar, além de instruir uma parcela da população em situação de risco, numa época em que a situação econômica da província era incapaz de desenvolver políticas públicas para atender a todos.

Ressaltamos ainda, a relevância das irmandades católicas neste período, visto que, trata-se de uma época em que muitas famílias abonadas, de onde vinha grande parte das doações que sustentavam o Asilo, entram em decadência, e são as organizações criadas pela Igreja que assume a responsabilidade da política assistencial aos “desvalidos”, sobretudo na segunda metade do século XIX.

Muitas lacunas ficaram em aberto, se o Asilo destinava-se a atender apenas às filhas de soldados mortos na Guerra do Paraguai. Este vácuo deve instigar a outros estudiosos a pesquisarem mais sobre instituições de cunho caritativo e educativo fundadas em Alagoas naquele período.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALGRANTI, Leila Mezan. Honradas de Devotas: Mulheres da Colônia. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora s.a. 1993.

AZEVEDO, Fernando de. A Transmissão da Cultura. São Paulo: Biblioteca de Educação, Melhoramentos. MEC, 1976.

CAVALCANTE, Maria Juraci Maia (2002). O jornal como fonte privilegiada de pesquisa histórica no campo educacional. *Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação*. Natal: NAC/UFRN.

REIS, José Carlos. Escola dos Annales, A inovação em História. São Paulo, Paz e Terra, 2000.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda; Vestígios da Educação Feminina no Século XVII em Portugal, São Paulo: Arte & Ciência. 2002.

JESUS, Santa Teresa de. Caminho da Perfeição. São Paulo: Paulus, 1979.

MARCILIO, Maria Luiza. História Social da Criança Abandonada, Editora Hucitec Ltda. São Paulo. 1998.

PRATA, Marco Antonio. Mestres, Santos e Pecadores, Rima Editora. São Paulo. 2002.

### PERIÓDICOS:

Diário das Alagoas – 1888

Diário da Manhã – 1882-1883

Gutenberg – 1835

O Liberal – 1877-1878-1879-1880-1882-1883

SITE: [www.crl.edu/content/brazil/ALA.htm](http://www.crl.edu/content/brazil/ALA.htm)